

AJUSTE DE CONTAS: *Governo aposta no 'rolo compressor' para aprovar o mais rápido possível todas as medidas e as reformas*

Líderes não crêem em aprovação integral

Deputados propuseram desconto menor para o servidor e dedução do CPMF no Imposto de Renda

Gustavo Miranda

Cátia Seabra, Mônica Giugliano, Adriana Vasconcelos e João Domingos

• BRASÍLIA. Os líderes governistas na Câmara avisaram ontem mesmo ao presidente Fernando Henrique Cardoso que será difícil aprovar integralmente o ajuste fiscal. Resistentes às medidas mais impopulares, os deputados, apresentaram suas propostas para facilitar a negociação na Casa. Eles sugeriram, por exemplo, que o aumento da alíquota da CPMF — que passaria de 0,20% para 0,38% — seja dedutível do Imposto de Renda. Lembrando que, por duas vezes, o Congresso rejeitou a cobrança de contribuição de servidores inativos, os líderes pediram que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, analise uma outra alternativa, que isentaria os que ganham até R\$ 500, compensando a diferença com tributo maior sobre os que recebem mais.

— É praticamente impossível, passar — advertiu o líder do PMDB na Câmara, Geddel Vieira Lima (BA).

Reforma da Previdência será votada semana que vem

No café da manhã com o presidente, os líderes se comprometeram a concluir a votação da reforma da Previdência na semana que vem. Só depois, daqui a 15 dias, começa a discussão do ajuste. Esse será o tempo para as negociações. Na próxima terça-feira, Malan estará na Câmara.

— Não adianta o líder apoiar sozinho. Tem que ouvir a bancada. Até sei que o momento é de sacrifícios. Só não sei se a dose é essa — comentou o líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE).

Inocêncio condiciona a aprovação do aumento da CPMF à possibilidade de dedução do adicional de 0,18% no IR. No café da manhã, Malan disse, no entanto, que não seria possível abrir mão dos R\$ 3,2 bilhões que serão arrecadados só com esse percentual de 0,18%. Apesar da resistência de Inocêncio, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), já começou a recuar, admitindo a possibilidade do aumento da alíquota da CPMF para 0,38%.

— O número é excessivo, mas é o que o Governo necessita. A Casa terá de discutir. Mas, se não houver meio.

O líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves (MG), era o mais otimista. Ele acredita que a partir do próximo dia 11, depois da apreciação dos últimos três destaques da reforma da Previdência, o pacote de ajuste fiscal já possa começar a ser discutido e votado. O presidente do PPB, Paulo Ma-



O PRESIDENTE Fernando Henrique e o ministro Pedro Malan junto com deputados, após apresentação do ajuste

luf, não gostou da proposta do Governo. Para Maluf, o Governo cortou pouco na própria carne e acentuou injustiças.

Até 15 de dezembro, Câmara vai tratar da reforma e ajuste

O presidente Fernando Henrique Cardoso desistiu de debate o ajuste fiscal com as oposições. A ordem agora é passar o "rolo compressor" e aprovar o mais rápido possível as medidas e o restante da reforma da Previdência. Até a pauta de votações da Câmara daqui para frente será a que o Governo determinar. Em reunião

ontem do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), com os líderes dos partidos, depois da conversa com Fernando Henrique, foi traçado o novo cronograma de votações: até 15 de dezembro, a Câmara vai dedicar-se apenas à reforma da Previdência e ao ajuste fiscal. Depois do dia 16, será votado o Orçamento-Geral da União, agora com os cortes previstos no ajuste, de pelo menos R\$ 8,7 bilhões. A reforma tributária ficará para depois. É para não atrapalhar a votação a emenda que aumenta a alíquota da CPMF.

Ficou decidido também que o Congresso vai trabalhar durante o recesso de janeiro e fevereiro. A convocação começará no dia primeiro, o mesmo dia da segunda posse de Fernando Henrique, e se estenderá por um mês e meio. No café da manhã de ontem com os líderes dos partidos aliados para a apresentação do ajuste fiscal, o presidente Fernando Henrique chegou a perguntar se deveria ou não chamar as oposições para o diálogo. Os líderes responderam: é perda de tempo, porque as oposições só votam contra.

— A partir de agora o debate é

O CRONOGRAMA DAS VOTAÇÕES

• 4 DE NOVEMBRO: Reinício da votação dos destaques da reforma da Previdência na Câmara.

• DE 11 A 15 DE DEZEMBRO: Votação das medidas do ajuste fiscal: a emenda constitucional que prevê o aumento da alíquota da CPMF e os projetos de lei que tratam da cobrança de Cofins dos bancos e da regulamentação da reforma administrativa. Depois de votadas na Câmara, as matérias irão para o Senado. Só será possível aprovar tudo até o início do próximo ano em regime de urgência, que encurta os prazos de tramitação dos projetos de lei. A emenda da CPMF é a mais demorada e que exige maior número de votos: 308 na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos de votação.

• DE 16 A 23 DE DEZEMBRO: Orçamento-Geral da União, que deve ser votado antes na Comissão Mista de Orçamento.

• DE 4 DE JANEIRO ATÉ FEVEREIRO: Continuidade da votação do ajuste fiscal.

só com a base. E acabou — disse o líder do PTB na Câmara, deputado Paulo Heslander (MG).

O deputado José Genoíno (PT-SP), reeleito com a maior votação de São Paulo, respondeu em tom mais moderado do que Dirceu:

— O debate sobre o pacote fiscal com o Governo não interessa. Debate mesmo é o que vai ocorrer aqui, no Congresso, a casa em que os projetos são discutidos, mudados, deliberados e votados — afirmou Genoíno.

Pela ordem, o Governo quer votar ainda este ano os três destaques que restam da reforma da Previdência, o aumento da alíquota da CPMF de 0,20% para 0,38%, o projeto que estende a cobrança da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins) para os bancos e a regulamentação da reforma administrativa.

O aumento da CPMF será feito por emenda constitucional. A contribuição previdenciária dos inativos não entrará na pauta agora. ■

COLABOROU Rudolfo Lago